

**PROCESSAMENTO SOCIOCognITIVO DA INTERTEXTUALIDADE:
RECURSIVIDADE COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE
LINGUÍSTICO-TEXTUAL**

***SOCIOCognitive PROCESSING OF INTERTEXTUALITY: RECURSION
AS A TOOL FOR LINGUISTIC-TEXTUAL ANALYSIS***

EV'ÂNGELA BATISTA RODRIGUES DE BARROS

evangelabrbarros.2@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0001-8094-2329>

IGOR RICHIELLI BRAGA CAMPOS

igor.rbcampos@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-1093-7652>

RESUMO: Na confluência entre Linguística Textual e Linguística Cognitiva, numa perspectiva sociocognitiva, este estudo exploratório, de natureza qualitativa, apresenta uma visão sobre a detecção de aspectos referentes à intertextualidade e à interdiscursividade como resultantes de uma competência cognitiva, a recursividade, análogo ao que ocorre na *linkagem* semântica a termos (simples ou oracionais), elementos linguísticos que funcionam como “gatilhos”. Como os discursos se (re)constroem na troca entre sujeitos-autores e sujeitos-leitores / ouvintes (BAKHTIN, 2003; VOLÓCHINOV, 2018), por meio de processos de referência e recategorização (MONDADA; DUBOIS, 2003; LIMA; CAVALCANTE, 2015, entre outros), a discursivização se constrói em uma relação cognitiva baseada em processos recursivos, do ponto de vista sintático-semântico, e numa relação sociointeracionista, de uma perspectiva pragmática. Como resultado, apresentamos um expediente didático que poderá contribuir para orientação do ensino de interpretação de diferentes gêneros, a partir do mapeamento de “sintagmas-gatilho” centrais ao processamento textual.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros. Intertextualidade. Interdiscursividade. Linguística Textual. Linguística Cognitiva.

ABSTRACT: *At the confluence of Textual Linguistics and Cognitive Linguistics, in a sociocognitive perspective, this exploratory study, of a qualitative nature, presents a view on the detection of aspects related to intertextuality and interdiscursivity as resulting from a cognitive competence, recursion, analogous to what occurs in the semantic linking of terms (simple or orational), linguistic elements that act as “triggers”. As the discourses are (re)constructed in the exchange between subject-authors and subject-readers or listeners ((BAKHTIN, 2003; VOLÓCHINOV, 2018), through referencing and recategorization processes (MONDADA; DUBOIS, 2003; LIMA; CAVALCANTE, 2015, among others), discursivization is built on a cognitive relationship based on recursive processes, from a syntactic-semantic point of view, and on a socio-interactionist relationship, from a pragmatic perspective. As a result, we present a didactic expedient that can contribute to guide the teaching of interpretation of different genres, from the mapping of “trigger phrases” central to textual processing.*

KEYWORDS: Genres. Intertextuality. Interdiscursivity. Textual Linguistics. Cognitive Linguistics.

Introdução

Este trabalho inscreve-se numa confluência entre os estudos da Linguística Textual (L.T) e da Linguística Cognitiva (L.C), articulando pressupostos cognitivos inscritos no processo de interpretação textual. Alguns destes, inicialmente concebidos no bojo da Teoria Gerativa, têm sido, atualmente, ampliados para uma perspectiva Sociocognitiva. Respalhando-nos nos estudos do texto como enunciado e discurso (portanto, advogando a presença dos enunciadores como sujeitos biopsicossociais e histórico-culturais na situação de textualização), assumimos a atuação ininterrupta de processos cognitivos referentes à produção e à interpretação textuais (como a percepção, a memória e a atenção, etc.), em paralelo com a atuação de fatores sociointeracionais, decorrentes da natureza essencialmente dialógica e responsiva da linguagem humana, a qual se constitui *nas / pelas* interações sociais (isto é, *na / pela* inscrição em uma sociedade e cultura específicas, o que determinará o acesso a certas práticas e experiências compartilhadas de linguagem).

Ao tratarmos de processos de textualização como processo sociocognitivo, não desconsideramos quer os fatores responsáveis por “colocar em cena” a materialidade enunciada, quer os responsáveis pela própria constituição dos coenunciadores como sujeitos do discurso. Paralelamente a estudos da L.T (BEAUGRANDE E DRESSLER 1991; COSTA VAL, 2002; KOCH, 1991, 2001, 2004; KOCH E TRAVAGLIA, 2007; ADAM, 2011, entre outros), que iluminaram uma rede de fatores responsáveis pela textualização, vemos os estudos da Linguística Cognitiva (L.C) desvelando como tais fatores linguísticos se prendem a processos cognitivos que inscrevem o sujeito não apenas como corpo e mente (um indivíduo biopsicológico), mas como membro de um corpo social, uma comunidade (sujeito sócio-histórico). Assim sendo, em vez de uma cognição individual, passamos a enxergar as práticas de linguagem como uma cognição socialmente compartilhada e coconstruída (PAVEAU, 2007).

Para além dos fatores que concorrem para a materialidade do texto / artefato, há os previamente maturados nas relações sujeito / enunciador, cultura, língua(gem). Assim, a *intencionalidade* (no âmbito do “eu”, enunciador), a *aceitabilidade* (que coloca em cena

o “tu”), a *situacionalidade* (que traz à tona aspectos referentes à co(n)textualidade do enunciado), instauram a “figura” (plano frontal) da enunciação; inscritos no “fundo” (segundo plano), outros fatores, como a *conectividade* (coesão e coerência), a *informatividade* (maior ou menor, a partir da avaliação funcional do que sabe o interlocutor) e a *intertextualidade* (como remissão a discursos / textos prévios) são também constitutivos. Sabe-se que “o texto continua sendo texto” a despeito de, no âmbito da recepção, o leitor / ouvinte constatar uma baixa informatividade (e, do ponto de vista funcional, a textualização deva se guiar pelo jogo entre dado / novo); o “texto continua sendo texto” mesmo que o destinatário não seja capaz de capturar aquela alusão ou evocação pretendida pelo enunciador; no entanto, trata-se de “um outro texto” (com força perlocucionária distinta) – e não o pretendido, para o qual o enunciador selecionou recursos e estratégias linguístico-textuais (força ilocucionária).

Por que isso ocorre? Sem pretender exaurir questão complexa e multifacetada como essa, vale lembrar que aprender língua é aprender um quadro de referências (históricas, sociais, culturais, etc.). Não havendo compartilhamento de referências como as mencionadas, fica difícil haver (inter)compreensão, ainda que os falantes dominem um léxico (conjunto de vocábulos) comum. Endossando Paveau (2007), entendemos que o texto / o discurso é sempre

[...] articulado com dados exteriores, históricos, culturais, sociais, ambientais, que o impedem de ser um simples interior fechado em si mesmo: é um discurso orientado por seus anteriores (memória dos pré-discursos) e configurado pelos quadros da percepção e da categorização de um mundo “tanto feito quanto encontrado” (expressão de Goodman que traduzo em termos cognitivos). (...) realmente, **o discurso da análise do discurso não se reduz aos parâmetros enunciativos nem à situação de comunicação, nem tampouco à posição do sujeito (sociopragmático), mas deve levar em conta os dados sócio-históricos** (o que se chamava na tradição da escola dita francesa representada por Pêcheux as “condições de produção”) e ambientais. Falo de dados ambientais para designar, **na perspectiva da cognição social, não só as relações entre os humanos e seus quadros de saberes, crenças e práticas (os pré-discursos, de que voltarei a falar), mas também as relações entre eles e sua ambientação material concreta** (ambientes naturais ou artificiais, espaços, objetos, artefatos, suportes). Isso implica um remanejamento da noção de contexto, e, nesse caso, o termo “ambiente” me parece mais pertinente. (PAVEAU, 2007, p.312. Grifos nossos.).

Assim, entendemos texto como um artefato sociocultural humano, produzido como a materialização de um conjunto de fatores que atuam sobre todos os elementos participantes e influenciam no resultado obtido, seja o pretendido pelo enunciador ao encetar o ato comunicativo ou outro.

Considerando-se que na língua operam autorregulações que tendem a levá-la à economia e à simplicidade (em abordagens formalistas, equivaleria à perspectiva da optimalidade (ou otimidade) do sistema ou do aparato de linguagem; no funcionalismo, entre outras, à da “ecologia linguística”, por meio de fatores como a iconicidade), compreendemos que processos eficazes na estruturação de unidades menores, como as sentenças, podem ter uma contrapartida em dimensões superiores, como o texto. Dessa forma, nossa hipótese é de que a intertextualidade e a interdiscursividade sejam tomadas como uma dimensão macro da materialização textual, cuja compreensão se respalda, cognitivamente, numa estratégia de processamento tipicamente pertinente à mente humana, a *recursão* ou *recursividade*. Trata-se esta de uma das propriedades distintivas fundamentais a separar a plasticidade do cérebro/ mente humanos e de outras espécies; para a LC, propriedade defendida como constitutiva das línguas naturais no Gerativismo, há algumas décadas, cujo estudo e compreensão são maiores no presente, com o avanço dos estudos contemporâneos da cognição humana.

Assim, a partir de alguns fundamentos do conceito de *recursividade na linguagem*, no espectro do cognitivismo clássico (mais especificamente na visão da última versão da linguística chomskyana, o Programa Minimalista), bem como a expansão desse conceito para uma *recursão da mente*, consoante alguns trabalhos em L.C, especialmente a publicação *The Recursive Mind*, de Michael Corballis, discutiremos brevemente a concepção de *interdiscursividade* (sob o filtro teórico da Análise do Discurso de linha francesa como é proposta por Michel Pêcheux), a fim de demonstrar como os discursos se (re)constroem na troca entre sujeitos-autores e sujeitos-leitores (ou sujeitos-ouvintes), materializados em textos. Salienta-se que estes se constituem em uma relação indissociavelmente recursiva com a exterioridade (a qual, vista sob outra perspectiva, esta cara à L.T., permite a transformação de objetos da realidade em objetos de discurso, no processo de referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003).

Muitos linguistas brasileiros (KOCH 2001; CAVALCANTE, 2007; LIMA E MAGALHÃES, 2015, entre outros) já apontaram para o caráter recursivo da intertextualidade e da hipertextualidade. No bojo dos estudos discursivos, de base bakhtiniana, Brait (1997, p.98 *apud* CAVALCANTE, 2007) salienta a dupla dimensão do dialogismo da linguagem:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram

uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos **interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem**. Por um outro lado, **o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o ‘eu’ e o ‘outro’ nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos**. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas **no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem**. (BRAIT, 1997, p.98 *apud* CAVALCANTE, 2007, p. 4. Grifos nossos.).

Outros também destacaram o fato de que as interações discursivas são recursivas, embora tenham compreendido a recursividade como mera aposição de elementos linguísticos, vinculados a um eixo subordinador; por isso, torna-se relevante a análise que ora propomos: discutir o fenômeno da recursividade em sua dimensão criadora, reticular, metadiscursiva (posto que um elemento linguístico-textual se volta sobre outro de mesma natureza), visando a compreender, em relação aos processos cognitivos postos em ação, sua manifestação nas produções discursivas, a partir da análise de pequeno corpus.

Recursão: fundamentos do conceito

Recursão é um conceito essencial à teoria gerativa, embora não se tenha desenvolvido originalmente nesse campo científico. Nas ciências exatas, especificamente na disciplina denominada Matemática Discreta, recursão é o critério pelo qual se caracteriza certo procedimento quando um de seus passos envolve a repetição do passo anterior, a exemplo das funções recursivas (leis que determinam relações entre conjuntos, com operações de encadeamento de algarismos) e sequências recursivas – como a bastante conhecida sequência de Fibonacci, datada do século XI, que comprova a manifestação recursiva de algarismos que são formados a partir da soma de outros que lhe são anteriores.

Nas Ciências da Computação, a recursão também já era utilizada como técnica básica de programação, pareada a outro procedimento distinto, a iteração. Pode-se observar que, enquanto “a iteração implica a repetição de uma ação ou de um objeto um número arbitrário de vezes, a recursividade envolve o encaixamento de uma ação ou objeto em outra instância de si mesmo” (MARCILESE; CORREA; AUGUSTO, 2014, p.

258)²². A recursão matemática supramencionada forneceu os fundamentos para a recursão computacional, que por sua vez serviu de base para a teorização chomskyana da recursão no campo linguístico – vale dizer que não apenas a recursão, mas conceitos como *input* e *output*, e a própria ideia de *computação*, são releituras de concepções provenientes das Ciências da Computação.

Um dos textos fundamentais para o entendimento da noção de recursão sob a perspectiva gerativista é o artigo *The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve?*, de Hauser, Chomsky e Fitch (2002). Nessa publicação, os autores defendem a distinção entre duas dimensões da linguagem: a faculdade de linguagem em sentido amplo (*broad sense*) ou FLB, e a faculdade de linguagem em sentido estrito (*narrow sense*), doravante FLN.

A FLB, como o próprio nome pressupõe, é a dimensão mais abrangente, que contém o sistema sensorio-motor, o sistema conceitual-intensional e o sistema computacional (FLN). Assim, conforme os autores, a faculdade de linguagem em sentido amplo pode conter outros sistemas do organismo interno humano, porém estes não foram especificados. A FLN é o sistema linguístico computacional, independente dos outros sistemas com os quais interage e faz interface. Ao contrário da FLB, que possui uma longa história evolutiva e pode ser compartilhada com outros animais, a FLN é uma dimensão exclusivamente humana, recente e proveniente de um salto evolutivo da nossa espécie, isto é, um acidente no percurso evolucionário, e não um processo adaptativo de seleção natural. (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1573).

A dimensão estrita da linguagem não só compreende a recursão, como também a ela se limita, embora o oposto não seja verdadeiro: a FLN se constitui apenas de recursão, porém é possível encontrar operações recursivas em outros sistemas além da própria FLN. A capacidade recursiva da linguagem pode ser exemplificada facilmente a partir do encaixamento de orações subordinadas substantivas objetivas diretas a uma dada sentença:

1. {Clara mentiu}
2. [Ana disse **que** {Clara mentiu}]

²² Corballis (2014) assevera ser imperativo distinguir, em termos cognitivos, os processos de recursão, repetição e iteração. Na repetição, um dado elemento é novamente reproduzido, porém não é impulsionado pelo anterior; o que ocorre na repetição é o acúmulo de informação, apenas. Já na iteração, um elemento chega a ser impulsionado pelo anterior, mas não tem sua continuidade de ocorrência condicionada por este.

3. (Pedro confirmou **que** [Ana disse **que** {Clara mentiu}])

n. ...

Em linhas gerais, a recursão na linguagem é entendida como uma “infinitude discreta”, uma computação de elementos finitos e simples, em estruturas complexas e infinitas, sendo a sintaxe da língua o dispositivo gerador desse processo (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p. 1573). Assim, os procedimentos apontados em 2 e 3 são produtivos e ratificam a “criatividade linguística”, nos termos chomskyanos. Os encadeamentos poderiam continuar tendendo ao infinito, em todos os diversos modos previstos pelo sistema computacional (FLN), sendo interrompidos apenas pelo tempo, pelo espaço, pela memória ou por outras condições relativas aos sistemas externos à FLB.

Aqui cabe a pergunta: por que trazer tais contributos formalistas a uma análise que se pretende de (inter)textualidade / (inter)discursividade? Conforme nos relembra Indursky (2006), num “túnel do tempo” da constituição da L.T, Zellig Harris teve vital importância para a fundação desse novo campo de estudo, a partir da publicação de seu artigo *Discourse Analysis*, na revista *Language*, em 1952. Considerado o primeiro a usar a expressão “análise do discurso”, Harris baseou-se em seu trabalho com a linguística distribucional – sobre a qual seu discípulo Noam Chomsky alicerçou sua linguística gerativo-transformacional – e propôs, nesse trabalho, uma ampliação do método de análise distribucional que vinha sendo feita.

Bebendo de expedientes análogos, a L.T, numa primeira fase, buscou proceder da análise de constituintes morfossintáticos também ao texto, com o objetivo de “estabelecer padrões de recorrência dos elementos linguísticos de tal modo que podemos não saber o que o texto está dizendo, mas podemos descobrir como está dizendo.” (FARACO, 2003, p. 248). Assim como na computação, propuseram uma lógica binária para a interpretação da sentença, a partir da projeção de um núcleo e de sua expansão em adjuntos. Isso visava a, ampliando o escopo estruturalista da divisão sintagmática e paradigmática, visualizar a hierarquização dos constituintes e a organicidade do construto “sentença”, com todas as suas potencialidades e restrições (em representações arbóreas, principalmente).

Muito se construiu com base no aporte formalista em termos de compreensão da estrutura do vocábulo e da sentença, permitindo uma compreensão ampla de leis que operam no âmbito intraoracional; no entanto, para além do nicho em que se encontra o operador (*comp* ou *complementizador*) responsável exatamente pela recursividade,

alguns problemas insolúveis se instalaram – e os estudos de L.T puderam contribuir sobremaneira para a ampliação da visada, a partir da análise: de fenômenos “fronteiriços”, como a ausência de conectores (casos sem coesão aparente); da referenciação e construção de objetos de discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003; APOTHELÓZ, 2003; KOCH, 2004, entre outros); de recategorização – (APOTHELÓZ; REICHTER-BÉGUELIN, 1995; LIMA; MAGALHÃES, 2015, entre outros). Tudo isso alargou o olhar sobre os estudos da linguagem, ampliando epistemológica e metodologicamente a visão de texto e de discurso.

O Conceito Expandido: a Mente Recursiva

Corballis (2014) amplificou o conceito de recursão na linguagem, de modo que o processo de encadeamento passou a ser tido como constituinte não da faculdade da linguagem em sentido estrito, como defenderam Chomsky, Hauser e Fitch (2002), mas da totalidade da vida mental, pois “está subjacente à nossa capacidade não apenas de refletir sobre nossas próprias mentes, mas também de simular as mentes dos outros” (CORBALLIS, 2014, p. 13, tradução nossa²³), de exercer atividades metacognitivas (como questionar o porquê de questionarmos). Semelhantemente a seus predecessores, este autor concorda que a recursão é capacidade exclusivamente da espécie humana e principal característica que a distingue das demais espécies animais, embora se afaste daqueles ao defender que “os modos de pensamento que tornaram a linguagem possível eram não linguísticos, mas possuíam propriedades recursivas às quais a linguagem se adaptava²⁴” (CORBALLIS, 2014, p. 9, tradução nossa²⁵).

A concepção de recursão apresentada por Corballis parece resolver – ou ao menos amenizar – a polêmica levantada por Daniel Everett (2005), cuja pesquisa tenta demonstrar a inexistência de processos recursivos na língua indígena Pirahã. Partindo do pressuposto de que a recursão não se limita à linguagem e de que a existência de línguas

²³ No original: “*It underlies our ability not only to reflect upon our own minds, but also to simulate the minds of others*”.

²⁴ Essa afirmação de Corballis demonstra sua negação a uma noção saltacionista (chomskyana, sobretudo) da recursão, entendida nesta como um caso fortuito, um acidente evolutivo. Corballis defende uma perspectiva gradualista, como adaptação evolutiva progressiva proveniente da seleção natural (como também o fazem Ray Jackendoff e Steven Pinker).

²⁵ No original: “[...] *The modes of thought that made language possible were nonlinguistic, but were nonetheless possessed of recursive properties to which language adapted.*”

que não dispõem dessa estrutura / processo não refuta sua existência, Corballis afirma que recursão é “apenas parte de um conjunto de ferramentas para a construção da linguagem”, e que “nem todas as línguas usam todas as ferramentas” (CORBALLIS, 2014, p. 38, tradução nossa²⁶). Sendo, portanto, uma propriedade básica da mente, não é de se estranhar que a recursão ultrapasse as barreiras linguísticas e esteja presente em outros domínios da vida social – o fato de que seja atestada no âmbito das socialmente prestigiadas Ciências Exatas e da Computação, as *Hard Sciences* – que se organizam também em torno de uma linguagem codificada –, evidencia a relevância cognitiva desta chave evolutiva que nos especifica humanos.

Dessa forma, assumimos que a recursão é, como apresenta Corballis (2014), um processo mental exclusivamente humano e constitutivo da cognição humana, e que a sua abrangência pode ser verificada em variadas esferas de atividade do homem, inclusive na sua produção textual, no domínio discursivo: assim, a interdiscursividade e a intertextualidade são a *manifestação da recursividade no discurso* – são, fundamentalmente, fruto da recursão – mas o que lhes permite a existência não se restringe ao individual: é um fenômeno de cognição social.

A Interdiscursividade e a Cognição Social

A partir de casos conflituosos para uma análise apenas restrita ao âmbito da frase, e lembrando que Bakhtin assinalara, décadas atrás, que “a oração não é delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, não está em contato imediato com a realidade e com os enunciados do outro, não possui uma significação plena nem uma capacidade de suscitar a atitude responsiva do *outro* locutor, ou seja, de determinar uma resposta” (BAKHTIN, 2003, p.307); trata-se apenas de um elemento em que se organizam blocos maiores de constituintes: as sequências²⁷ (conforme Adam, em sua *Análise Textual do Discurso – ATD*) ou mesmo os textos.

²⁶ No original: “[...] *Recursion is merely part of a toolkit for constructing language, and that not all languages use all of the tools.*”

²⁷ Empregamos o termo “sequências”, aqui, na concepção de Adam (2019): “A *sequência* é uma estrutura relacional pré-formatada que se sobrepõe às unidades sintáticas estritas (frases) e às amplas (períodos), é um “esquema de texto” situado entre a estruturação frástica e periódica microtextual das proposições e a macrotextual, dos *planos de texto*. As sequências são estruturas pré-formatadas de reagrupamentos tipificados e ordenados em blocos de proposições. O papel da L.T é explorar e teorizar sobre esse nível

A frase / a oração tem natureza gramatical, fronteiras e acabamento, uma unidade que se prende à gramática, como o artifício da pontuação; somente no interior do todo do enunciado é que a oração alcança propriedades semântico-pragmáticas e estilísticas: a capacidade de produzir sentido(s). Do ponto de vista do dialogismo discursivo, isso significa que a relação que se estabelece entre as réplicas do diálogo (relações de pergunta-resposta, asserção-objeção, afirmação-consentimento, oferecimento-aceitação, ordem-execução, etc.) é impossível entre as unidades da língua (entre as palavras e as orações), tanto no sistema da língua (no eixo vertical, paradigmático), quanto no interior do enunciado (no eixo horizontal, sintagmático): elas somente se dão no plano da enunciação, da materialização do discurso.

Como já pontuamos, o estudo de processos linguísticos para cima do âmbito da sentença, com foco na textualização / na discursivização, volta-se para operações linguístico-cognitivas como a referenciação e a tomam não como uma “relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (RASTIER, 1994, p.19 *apud* MONDADA; DUBOIS, 2003, p.20).

Tomando para discussão o trabalho seminal sobre recategorização de Apotheloz e Reichler-Béguelin (1995), em que estes salientam a característica primordial das línguas naturais (a plasticidade dos significados lexicais), Lima e Cavalcante (2015) evidenciam que o fenômeno de recategorização lexical se dá por meio de “uma concepção de referência não extensional”, isto é, reiteram a “dinamicidade dos objetos de discurso, que não são dados *a priori*, mas construídos *no e pelo* discurso” (LIMA; CAVALCANTE, 2015, p. 297).

Essa concepção textual-discursiva da recategorização norteou inúmeros trabalhos importantes da L.T. brasileira. Marcuschi e Koch (2002) afirmam que “a recategorização acha-se fundada num tipo de remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como uma ideia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação” (MARCUSCHI; KOCH, 2002, p. 46). Essa

intermediário (mesotextual) de estruturação, sem negligenciar o jogo complexo de restrições intrafrásticas, interfrásticas e transfrásticas, discursivas e genéricas.” (ADAM, 2019, p. 22).

concepção sociocognitiva será relevante para nossa discussão sobre interdiscursividade / intertextualidade.

Lima 2009 (citada por LIMA; CAVALCANTE 2015) afirma que

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, **ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas**; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009, p. 57 *apud* LIMA; CAVALCANTE, 2015, p.304, grifos nossos).

Dito de outra forma, a alteração do objeto de pesquisa da ciência Linguística, do texto-enunciado (produto) para o texto – enunciação / discursivização marcou a fundação de diversas visões de análise do texto ou do discurso. Ao se redirecionar o olhar para o modo como o texto significa, percebeu-se que este só produz sentido porque emerge em uma rede de discursos e, simultaneamente, neles se inscreve.

Na AD, o texto representa uma unidade finita, mas não fechada, e por vezes é também entendido como efeito-texto (visão bakhtiniana de “completamento”, sempre provisório, porque dado à troca, à responsividade; é um objeto completo em significação, naquele específico recorte das cadeias discursivas), é a materialidade do discurso. Assim, vale lembrar que

A indefinição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central no pensamento linguístico são o resultado do desconhecimento da **real unidade da comunicação discursiva – o enunciado**. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. (BAKHTIN, 2003, p.274. Grifos nossos.)

A AD busca em Foucault (2008) sua concepção de discurso: ele é o desdobramento da interação de sujeitos historicamente situados e determinados. Mais precisamente, a prática discursiva é um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço”, regras estas que “definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Importante ressaltar que essa ideia normativa de *discurso* geralmente compreende aquilo que Pêcheux nomeou como *formação discursiva*. Nota-se que os discursos, contudo, nunca são originais, uma vez que toda prática discursiva é em si mesma uma recriação, uma releitura de discursos

anteriores, de já-ditos, que constituem uma formação discursiva, ideologicamente marcada e interpelada.

Na verdade, não só as formações discursivas, mas os próprios sujeitos do discurso são “ideologicamente interpelados”, “assujeitados” (expropriados da consciência de si) por dois esquecimentos ou “ilusões”: um esquecimento de natureza *enunciativa*, em que inconscientemente este se coloca como origem do seu discurso (sujeito psicanalítico: atravessado pelo inconsciente; ignora que o discurso não origina nele, mas nele se materializa), e um esquecimento de natureza *ideológica*, no qual ele se inscreve em um discurso na crença de que seu significado é unívoco, uniforme, fechado.

Sendo o sujeito do discurso marcado pela impossibilidade de controle de si e dos efeitos de sentido de seu dizer, Pechêux assinala que as condições de produção de um discurso determinariam a situação enunciativa vivida pelo sujeito como efeito das relações de lugar por ele ocupado numa dada formação discursiva. Dessa forma, a compreensão dos sentidos de um discurso se assenta na interação entre o sujeito-autor, o seu interlocutor imediato e a exterioridade (ou interdiscurso). No interdiscurso – um “amontoado de representações desprovidas de sentido” provenientes de vozes anônimas –, o sujeito-autor se inscreve, ressignifica e retroalimenta um dado discurso. (PÊCHEUX *apud* INDURSKY, 2001, p. 29).

Assim, a AD prevê que uma prática discursiva é uma mescla de discursos anteriores, sobre os quais os sujeitos promovem um “apagamento” a fim de neutralizar aquilo que contraria sua própria formação discursiva. Entretanto essa tentativa é frustrada uma vez que o discurso sempre carrega em si, em menor ou maior grau de explicitude, os discursos que lhe são anteriores e constitutivos: se o *input* de uma nova prática discursiva corresponde ao *output* das práticas discursivas que a antecederam, nossa hipótese de que o interdiscurso é recursivo parece próximo de ser comprovado. Isso não se dá num formato linear, mas em rede. E o que alimentaria essa rede?

Voltando a Paveau (2007), avançando em nossa hipótese de reticularidade de saberes, de iluminação dos nós dessa rede que é a Linguística contemporânea, compreendemos (sob a ótica de uma cientista que fala num contexto específico),

Sabe-se que dois paradigmas se desenham atualmente nas ciências cognitivas: o paradigma clássico e dominante das representações internas (os quadros mentais ou módulos neuronais de conhecimento estão dentro da cabeça, segundo as duas grandes correntes internalistas, uma gramatical, formal, vinda de Chomsky, e a outra semântica, representada por Lakoff, por exemplo) e outro, mais heterodoxo e mais recente, o da cognição social, correspondente a

um paradigma sociocultural surgido nos anos 1990 nos Estados Unidos. Nessa ótica, **o homem constrói quadros cognitivos na sua interação com o ambiente exterior, material, sendo que os agentes psíquicos não são apenas internos, mas também externos e, por vezes, não humanos:** uma caderneta, um mapa, uma lista. Também uma árvore ou um prédio podem constituir agentes psíquicos que contribuem para a elaboração cognitiva. (PAVEAU, 2007, p. 313. Grifos nossos.)

Paveau, além de clarear, com seu contraste, dois dos focos com que iniciamos o quadro teórico que respalda nosso olhar, avança ao relacioná-los com a análise que ora apresentaremos. Para ela, “a análise do discurso pode obter benefícios importantes dos aportes da cognição social e encontrar nessa corrente algumas condições de sua renovação e de um certo afunilamento teórico” (PAVEAU, 2007, p.313). Após mostrar o que constitui “os pré-discursos e seu funcionamento na construção das produções verbais”, Paveau discute o tipo de saberes que lastreiam os coenunciadores numa situação comunicativa (a que denomina “linhagem discursiva”), bem como as situações de lacuna, ruptura ou falha na comunicação (a que nomeia como “des-memória” discursiva”). Tudo isso evidencia a existência de uma cognição social em que se plasmam os atos comunicativos, por nela estarem imersos os sujeitos do discurso.

Interdiscursividade/ Intertextualidade: fenômeno Recursivo?

As discussões apresentadas anteriormente visam a argumentar em prol do processamento recursivo na interdiscursividade /na intertextualidade, sob a ótica de uma L.T que se vincula visceralmente a uma cognição social, a uma coconstrução de sentidos. Dessa forma, julgamos pertinente a visão de Cavalcante (2007), que dialogando com Barthes (2004), afirma que

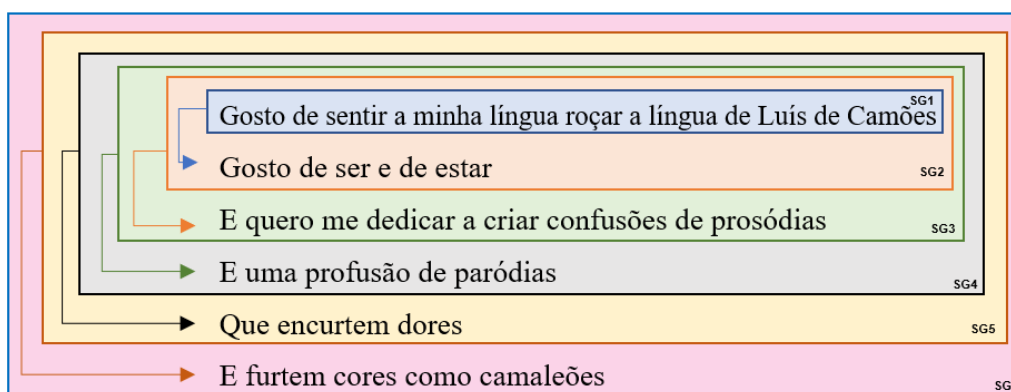
todo texto pressupõe formas e caminhos para desconstrução-reconstrução de outros textos. Todo texto é um tecido novo de citações passadas. Outros textos sempre estarão presentes, em níveis variáveis, como formas mais ou menos reconhecíveis, em um texto que nos seja atual. **A permuta entre textos que existiram e existem é condição de todo e qualquer texto.** Há sempre linguagem antes do texto e depois dele. E, assim sendo, **todo texto é, necessariamente, um intertexto.** (CAVALCANTE, 2007, p.2. Grifos nossos.)

A fim de concretizar essa perspectiva que desejamos, segue uma breve análise da canção “Língua”, de Caetano Veloso (letra integral no anexo), identificando os discursos que se combinam nessa unidade textual à medida que se encaixam recursivamente.

Famosa pela série de relações (inter)textuais e interdiscursivas, “Língua” nos parece indicar a recorrência da recursividade – não apenas sintática, já que sempre há um elemento linguístico que funciona como gatilho (à guisa de um nódulo “*comp*”) para que outros elementos a ele se agreguem. Digamos que esse elemento linguístico-discursivo seria um tipo de *sintagma gatilho* (SG), posto que cada um poderá voltar-se sobre si mesmo (em referências linguísticas) ou projetar o leitor / o ouvinte a uma busca em sua memória discursiva (a outros intertextos ou interdiscursos), a fim de que consiga compreender e responder a essa enunciação, que se encaixa à totalidade dos sintagmas que lhe são anteriores, conforme o esquema abaixo.

Partindo do pressuposto de que, de fato os sintagmas que constituem os enunciados /os textos são a materialização do discurso, manteremos o rótulo SG; saliente-se que pensamos em unidades de sentido, que não correspondem a unidades sintáticas (frases, sintagmas nominais, verbais, etc.) ou mesmo à dimensão das sequências (dissertativas, descritivas, narrativas, etc., nos moldes de Adam, 2011):

Fig. 1 – Recursividade como expediente para detecção de intertextualidade e interdiscursividade



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O verso “Gosto de sentir A MINHA LÍNGUA ROÇAR A LÍNGUA²⁸ de Luís de Camões” inicia a canção e também apresenta o primeiro *sintagma-gatilho* (SG) para a interpretação. Nele, a afirmação feita pelo eu lírico tem dupla significação, uma vez que

²⁸ Em caixa alta, destacamos os nós em que julgamos haver a inserção de uma polissemia que engatilha a busca, na memória discursiva, do melhor sentido possível para interpretar o que segue, em sintonia com o precedente.

o verbo “roçar” e o substantivo “língua” podem ter sido inscritos denotativa (língua = órgão da cavidade bucal / roçar = atrito ou contato físico; no caso, compreendido por beijar) ou conotativamente (língua = sistema de códigos constituídos pela linguagem humana / roçar = colocar em contato, aproximar). Também a ambiguidade “roçar a língua de Luís de Camões” engatilha uma leitura ambígua – a mesma língua (idioma) ou órgão bucal? A primeira leitura se instaura, contudo.

O verso seguinte, “Gosto de ser e de estar”, é recursivamente encaixado ao sintagma anterior (SG1) formando o SG2 “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões / Gosto DE SER E DE ESTAR”. Essa nova unidade discursiva, SG2, adiciona alguma factibilidade à compreensão de “língua” em sua acepção linguística: “ser” e “estar” evocam discursivamente verbos essenciais à aprendizagem de uma língua: são dois verbos distintos no Português (a língua do poeta e também a de Camões), em contraposição a outros idiomas, como o inglês (*verb to be*) ou alemão (*zu sein*), em que há forma única. Trata-se não apenas de escolha linguística a seleção desses verbos, mas identitária.

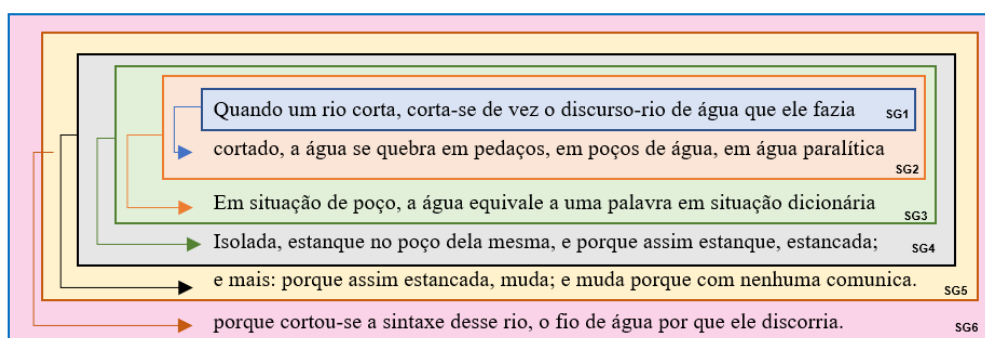
Em sequência, um SG3 é constituído por operação recursiva com a configuração “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões / *Gosto de ser e de estar [+ reiteração de identidade]* / E quero me dedicar a criar CONFUSÕES DE PROSÓDIAS”. A inclusão do terceiro verso reforça aquilo que o eu lírico diz sobre o idioma vernáculo, apontando para a criatividade da linguagem, bem como para uma infinidade de pronúncias distintas que se sobrepõem em sua língua – aludindo à grande variação dialetal do Português – intra ou interlinguística, ou ainda, à prosódia como outro fator identitário. No SG seguinte, [E uma PROFUSÃO DE PARÓDIAS [Que encurtem dores [E furtem cores como camaleões]]], vê-se uma alusão a um possível traço de humor nas paródias (típico no Brasil), bem como a uma plasticidade / maleabilidade da linguagem (dada a comparação com o camaleão).

A análise de discurso é sempre recursiva enquanto não o compreendemos como mera soma / aposição de suas partes, ou repetição de estruturas, mas como um encadeamento sistemático e recursivo de sintagmas que engatilham a percepção de valores (inter)discursivos, que se somam à totalidade dos anteriores produzindo um novo “estado de consciência” sobre aquilo que se enuncia. A este, serão encaixados novos SG, sucessivamente, até o fim do texto.

Percebemos que o limite dessa atividade recursiva decorre de motivos elencados por Corballis (2007): tempo, espaço, memória e imaginação; bagagem compartilhada (conhecimento de um quadro de referências comuns, o que invoca um repertório cultural amplo, para se aperceber de alusões mais sutis); além disso, pelo gênero, esfera em que tal texto circulará, auditório a que se destina, etc. A potencialidade de construção de cadeias discursivas tende ao infinito e sempre prevê a possibilidade de incorporação de novos SG no sistema. Entretanto, limitações como as supracitadas controlam essa “infinitude discreta” das possibilidades de produção discursiva e, inclusive, evitam uma saturação que seria prejudicial à situação comunicativa.

Vejamos mais um exemplo, a primeira estrofe do poema “Rios sem discurso”, do grande poeta João Cabral de Melo Neto:

Fig. 2 – Recursividade como expediente para detecção de intertextualidade e interdiscursividade



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O primeiro SG tem no verbo selecionado o elemento central para a interpretação - “Quando um rio CORTA, corta-se o DISCURSO-RIO.] – “cortar” – a) seccionar ou b) interromper, cessar? Caso o leitor/ouvinte saiba que o poeta é nordestino, região de rios afetados pela seca, essa interpretação será orientada à semântica da interrupção; na continuidade, esse gatilho orientará todo o fluxo de leitura: [cortado, a água se quebra em pedaços...], pois a partir daí, o poeta tecerá um contraste entre DISCURSO-RIO de água e DISCURSO (enunciação, fala): cortar o curso (deixar de correr), que, na segunda estrofe (ver poema no anexo) é “linkado” (hipertextualmente, mesmo) à ideia da seca e do reatamento do fluxo (“salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem”), em que se reitera a ideia de fluxo *de água* / fluxo *de palavras*. No SG

seguinte, temos a relação poço (água) e palavra (dicionário), que é reforçada no SG posterior, por meio do adjetivo ESTANCADA; por fim, estancada é complementada, no SG seguinte, pelo verbo COMUNICA, que se vê lastreada, semântica e pragmaticamente no último verso, pelos gatilhos SINTAXE e DISCORRIA (“discorrer” é um verbo que tem dois participípios: discorrido e discurso, com que se constitui esse ciclo inicial da argumentação sob forma de um poema).

Essas conclusões só são possibilitadas se considerarmos a totalidade dos fragmentos que criam nexos (inter)discursivos, não simplesmente repetidos ou iterados, mas recursivamente incorporados na formação de um novo segmento textual (verso, período, etc.). Além disso, é preciso pensar que a compreensão se dará de forma diferente para cada leitor da canção, do poema /ouvinte da melodia, a partir de sua contextualidade.

Nesse ponto, vale lembrar, com Van Dijk (2012) que, numa perspectiva sociocognitiva e interacional, como a que defendemos, a compreensão do contexto (de produção, de recepção) precisa respaldar-se numa base social e cultural; isso porque os esquemas mentais adotados para os atos comunicativos são flexíveis, dinâmicos, sofrem a interferência da exterioridade em sua configuração interna. Dessa forma, para compreender melhor essa música, informações como a época em que foi produzida, a motivação, etc.; para entender melhor o poema, saber a origem do poeta (natural de Recife / Pernambuco) será auxiliar.

Há muito mais a explorar, tanto da canção “Língua” como do poema “Rios sem discurso” – a partir das referências compartilhadas, inúmeras leituras vão sendo construídas, numa interpretação feita com base nas pistas gramaticais (que aqui denominamos *sintagmas-gatilhos*), nas ambiguidades e polissemias aparentes ou nas inferências que desperta, tudo isso firmemente sustentado no conjunto de saberes (com)partilhados, na cognição coletiva dos coenunciadores.

Considerações Finais

Aqui apenas exemplificando nossa hipótese de leitura com base num dispositivo textual-discursivo que consideramos pertinente – embora parta de segmentos linguísticos que compõem os textos (aqui exemplificados com uma canção e um poema), não se restringe a uma “análise sintática”, mas a uma “análise textual / discursiva”, fundada

numa análise linguística. Como desdobramento, fica um convite a que outros procedam a análises semelhantes, tomando como objeto de estudo outros gêneros, outros textos, de diferentes esferas. Entendemos que, assim como a leitura feita por meio de pausas protocoladas, fortemente embasada na concepção das sequências textuais de Adam (sob o escopo da Análise Textual do Discurso), uma leitura textual por meio de sintagmas que engatilham a busca de alusões, de ambiguidades, que apelam à memória discursiva dos ouvintes / leitores pode ajudar a compreender de que maneira vamos processando, funcionalmente, novas informações a partir de esquemas mentais de que sejamos dotados.

Numa situação de sala de aula, de ensino de língua materna, essa estratégia pode ajudar o professor a perceber as lacunas (em termos de referências socioculturais, históricas, etc.) que constituem exatamente os gatilhos para a compreensão: uma palavra polissêmica, um fato histórico, um conceito-chave, etc. – ajudar os alunos a buscar (pesquisas eletrônicas superágeis) tais informações pode tornar a todos leitores / ouvintes mais atentos e desenvolver competências comunicativas importantes para a vida cidadã de todos esses atores – docentes e discentes.

Essa postura reitera uma visão do senso comum de que é importante ler muito, ler sempre, variados gêneros: não para escrever melhor (o que pode constituir-se numa falácia), mas para alimentar os esquemas conceituais e permitir o estabelecimento de relações entre o que nomeamos “*sintagmas gatilhos*” – SG – porque temos a clareza de que não se restringe ao âmbito da textualização (materialidade estrita), mas ao conjunto de referências sociocognitivamente construídas e compartilhadas.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. Quadro teórico de uma tipologia sequencial. In: **Textos, tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019.
- ADAM, Jean-Michel. A Análise Textual dos Discursos: entre Gramáticas de Texto e Análise do Discurso. **Eutomia**, v. 1, n. 6, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1685>.
- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. pp.53-84. (Clássicos da Linguística).
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cad. Est. Ling.** v. 19. São Paulo: Unicamp, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824>.
- CAVALCANTE, Sandra M. S. Dimensões sociocognitivas da intertextualidade. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete. **VERSANI, Zélia. Ensaios sobre leitura II**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.
- CORBALLIS, M. **The recursive mind: the origins of human language, thought, and civilization**. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- CORBALLIS, M. The uniqueness of human recursive thinking. **American Scientist**, v. 95, p. 240-248, 2007. Disponível em: <https://www.americanscientist.org/article/the-uniqueness-of-human-recursive-thinking>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- EVERETT, Daniel. Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã. **Current Anthropology**, v. 46, n. 4, 2005, p. 621-646. Disponível em: <http://philpapers.org/rec/EVECCO>.
- FARACO, C. A. Zellig Harris: 50 anos depois. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/2889/2371>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, 39: 13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 20 Jan. 2021.
- HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, T. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, v. 298, p. 1569-1579, 2002. Disponível em: <http://psych.colorado.edu/~kimlab/hauser.chomsky.fitch.science2002.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- KOCH, Ingedore G.V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e Interacional. **Cad. Est. Ling., Campinas**, (41):75-89, jul. /dez. 2001.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: Trajetórias e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, V.I.; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. 17. ed. – 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007, 118 p
- LIMA, Silvana M.C. de; CAVALCANTE, Mônica M. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. **ReVEL**, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br].
- MARCILESE, M., CORREA, L. M. S.; AUGUSTO, M. R. A. Recursividade na sintaxe da língua e na aritmética: interdependência ou independência entre domínios? Um estudo experimental. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 250-277, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2014.1.16703>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**: volume único. OLIVEIRA, Marly (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999. p.350-351.
- MONDADA, Lorenza. Construction des objets de discours et Catégorisation: une approche des Processus de référénciation. Trad. Mônica M. Cavalcante. **Rev. de Letras**. Nº 24 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2002.

ORLANDI, E. Exterioridade e ideologia. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (30):27-33, jan./jun. 1996. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118742/1/ppec_8637037-6778-1-PB.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORLANDI, E. Texto e discurso. **Organon**, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29365/0>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. **Filol. lingüíst. port.**, n. 9, p. 311-331, 2007.

VELOSO, C. Língua. In: **Letras**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44738/>. Acesso em: 12 jan.2021.

VAN DIJK, Teun. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

Submetido em maio de 2021

Aceito em dezembro de 2021

ANEXO 1: “Língua” (Caetano Veloso)

Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar a criar confusões de prosódias
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior?
E deixe os Portugais morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua
Fala Mangueira! Fala!
Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas! Cadê? Sejamos imperialistas!
Vamos na velô da dicção choo-choo de Carmem Miranda
E que o Chico Buarque de Holanda nos resgate
E (xeque-mate) explique-nos Luanda
Ouçamos com atenção os deles e os delas da TV Globo
Sejamos o lobo do lobo do homem
Lobo do lobo do lobo do homem
Adoro nomes
Nomes em ã
De coisas como rã e ímã
Ímã ímã ímã ímã ímã ímã ímã ímã
Nomes de nomes
Como Scarlet, Moon, de Chevalier, Glauco Mattoso e Arrigo Barnabé
E Maria da Fé

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Se você tem uma idéia incrível é melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo meu medo
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero fráttria
Poesia concreta, prosa caótica
Ótica futura
Samba-rap, chic-left com banana
(Será que ele está no Pão de Açúcar?)
Tá craude brô
Você e tu
Lhe amo
Qué queu te faço, nego?
Bote ligeiro!
Ma'de brinquinho, Ricardo!? Teu tio vai ficar desesperado!
Ó Tavinho, põe camisola pra dentro, assim mais pareces um espantalho!
I like to spend some time in Mozambique
Arigatô, arigatô!
Nós canto-falamos como quem inveja negros
Que sofrem horrores no Gueto do Harlem
Livros, discos, vídeos à mancheia
E deixa que digam, que pensem, que falem

(Composição: Caetano Veloso. Álbum “Homem Comum”, 2003)

ANEXO 2: “Rios sem discurso” (João Cabral de Melo Neto)

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água porque ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o rio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia

lhe impondo interina outra linguagem
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase a frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

(MELO NETO, 1999, p. 350-351).